



Márcia Kolumbe/Agência Senado

Benedito de Lira e Acir Gurgacz, presidente e vice da Comissão de Agricultura

Comissão convida ministro a debater reserva indígena

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a presidente da Funai, Marta Azevedo, serão convidados pela

Comissão de Agricultura para falar sobre conflitos gerados por demarcação em terras ocupadas por fazendas produtivas. **7**

Ministro pede a Renan aprovação de projeto sobre crime organizado **2**

Acatada criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa **3**

Senadores dizem que direitos das mulheres são desrespeitados **6**

Prevista para terça, votação do Orçamento será contestada **5**

Gestores deverão prestar contas ao Senado ano a ano



Waldemir Borretti/Agência Senado

Walter Pinheiro conversa com Renan Calheiros e José Sarney em Plenário: PEC pode ampliar ainda mais prerrogativas dos senadores

Além dos dirigentes de agências, terão de comparecer à Casa os ministros da Justiça, da Defesa e das Relações Exteriores

Os diretores das agências reguladoras e três ministros vão ter que prestar contas ao Senado anualmente. É o que prevê projeto de resolução aprovado ontem pelo Plenário. Os senadores também querem incluir a obrigatoriedade da prestação de contas na Constituição. PEC de Walter Pinheiro com esse objetivo, e mais ampla, está sendo discutida em Plenário, mas ainda precisa passar por dois turnos de votação na Casa e depois na Câmara. **3**

RJ e ES vão ao Supremo para anular sessão que tratou de royalties **4 e 5**



José Cruz/Agência Senado

Presidida por Ferrazo (D), comissão também aprovou convite a dois ministros para falarem de suas pastas

Comissão aprova limites para a utilização de aeronave oficial

Texto foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores. Outra decisão da CRE foi confirmada pelo Plenário: a aprovação de acordo com os EUA contra lavagem de dinheiro. **8**

Fazer mais pela mulher é fazer mais pelo Brasil

O Senado Federal celebra as lutas e vitórias das mulheres e reafirma a importância deste dia para o Brasil.

Saiba mais sobre as leis voltadas para as mulheres em: www.senado.leg.br/mesdamulher2013

SENADO FEDERAL



O presidente do Senado, Renan Calheiros, conversa com o ministro José Eduardo Cardozo, observado por Eunício Oliveira

Ministro defende projeto que reprime crime organizado

José Eduardo Cardozo se reuniu ontem com Renan e pediu a aprovação do projeto que cria mecanismos para o poder público melhor combater o crime organizado; texto se encontra na CCJ

A APROVAÇÃO DE um projeto que trata da repressão ao crime organizado, o aperfeiçoamento da Lei de Arbitragem e a reforma do Código Comercial foram os principais temas de uma reunião, ontem, entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

O ministro pediu o apoio de Renan para a urgência na votação do substitutivo ao PLS 150/06, originalmente apresentado pela ex-senadora Serys Slhessarenko.

A proposta dispõe sobre a repressão ao crime organizado, define esse tipo de delito e determina instrumentos legais para combatê-lo, incluindo normas de investigação, meios de obtenção de prova e procedimento criminal a ser aplicado.

Como sofreu alterações, a matéria será examinada pela

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator é Eduardo Braga (PMDB-AM).

— Temos muita urgência para que esse projeto seja aprovado, para que possamos ter mais um instrumental para o enfrentamento do crime organizado — disse Cardozo.

Código Comercial

No encontro, Renan anunciou que pretende criar uma comissão de juristas que elabore um anteprojeto de reforma do Código Comercial. O antigo código que trata do direito empresarial brasileiro, de 1850, ficou defasado e teve sua maior parte revogada em 2003, quando entrou em vigor o novo Código Civil. Um colegiado com o mesmo objetivo composto por deputados funciona atualmente na Câmara, conforme lembrou Cardozo.

— Daremos todo o apoio a essa ideia. Também pensamos em outras situações em que um trabalho conjunto entre a Câmara e o Senado reflita em uma mais adequada produção legislativa para a questão da segurança pública — acrescentou o ministro.

O presidente do Senado também pediu a colaboração do ministro em projetos como o da atualização da Lei de Arbitragem (Lei 9.307/96). Por sugestão de Renan, uma comissão de juristas foi criada no ano passado para aperfeiçoar a matéria. O colegiado ainda aguarda instalação.

— Temos uma lei de arbitragem que ainda precisaria ser aperfeiçoada, implementada, instrumentalizada. É uma questão que pode desafogar bastante o Poder Judiciário — argumentou o ministro da Justiça.

Comissão vai debater criminalidade em SP, RJ e SC

Para discutir as ações públicas de prevenção e enfrentamento da criminalidade no país, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) querem reunir o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e os secretários de

segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, de São Paulo, Fernando Grella Vieira, e de Santa Catarina, César Augusto Grubba. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento dos

dois senadores para audiência pública na comissão.

— Tem havido uma preocupação crescente com o grau de violência ocorrida em algumas regiões do país, em especial em São Paulo, Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Acredito que poderíamos ter um diálogo altamente proveitoso para pensar como, de fato, prevenir e diminuir a criminalidade pelos mais diversos instrumentos e iniciativas — afirmou Suplicy.

Na ocasião, o senador recordou ida ao Rio de Janeiro, há cerca de um mês, onde visitou unidades de policiamento e pacificação em companhia de Beltrame. Suplicy disse ter observado, no Morro da Mangueira, iniciativas positivas para redução da criminalidade. Ex-presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, Pedro Taques (PDT-MT), lembrou que uma discussão semelhante foi realizada pelo colegiado no ano passado e fez um apelo pela eleição rápida do novo presidente da subcomissão.



Em Ilhota (SC), ônibus de transporte estudantil foram incendiados em fevereiro

Jayme: Congresso deve ajudar a elaborar políticas de defesa

O Legislativo possui corpo técnico qualificado para compor o grupo de trabalho que produziu os documentos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional e teria excelentes contribuições para o processo, disse Jayme Campos (DEM-MT). Ele é relator do projeto que aprova esses três documentos estratégicos e protesta contra o fato de o Congresso não ter sido chamado a contribuir com a elaboração deles.

Ontem, os senadores concluíram o primeiro turno de discussão do projeto (PDS 576/12). Encaminhada ao Congresso pela Presidência

da República, a proposta deverá ser discutida novamente, em segundo turno, na sessão deliberativa de terça-feira.

De acordo com a mensagem encaminhada pelo governo (MCN 83/12), a Política Nacional de Defesa (PND) “tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional”.

A Estratégia Nacional de Defesa estabelece como fazer o que se determinou na Política Nacional de Defesa. E o chamado Livro Branco da Defesa Nacional é um documento de caráter público.

Taques lamenta violência de policiais contra universitários

Em nome da liderança do PDT, Pedro Taques (MT) lamentou a agressão e a prisão, pela polícia militar, de universitários que participavam de manifestação em frente ao campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá, na quarta-feira. Os estudantes protestavam contra o corte de vagas na moradia estudantil.

— Se houve, porventura, excesso por parte de alguns estudantes, não cabia à polícia militar espancar e atirar com balas de borracha — afirmou.

O senador disse que os estudantes estavam no exercício do seu direito fundamental, tanto individual quanto coletivo, de protestar, e os policiais violaram esse direito constitucional.

— Parte da polícia militar espancou estudantes, ameaçou jornalistas e prendeu



Taques critica ação da PM em MT

advogados que foram ali para preservar o direito constitucional daquele cidadãos. Isso não pode — assinalou.

Taques ressaltou que a força policial do estado é formada em sua maioria por pessoas de bem e seria injusto generalizar a crítica a toda a Polícia Militar de Mato Grosso.

— Mas quem errou deve ser responsabilizado. E o governador Silval Barbosa deve dar uma resposta à sociedade.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos e comunicados

9h A sessão é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados das lideranças.

CRA Competitividade do agronegócio

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza o primeiro seminário de 2013 do ciclo de palestras do colegiado, na cidade de Não-Me-Toque (RS). O objetivo do debate é buscar soluções para superar entraves no processo de comercialização da produção agrícola e aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Agências reguladoras e ministérios prestarão contas

Projeto altera o Regimento Interno da Casa e obriga que gestores públicos compareçam todo ano ao Senado para serem avaliados e para explicarem as políticas que estão sendo implementadas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou projeto de resolução que obriga os diretores-presidentes das agências reguladoras a comparecerem anualmente à Casa para prestação de contas. Também foram aprovadas emendas que estendem a obrigação aos ministros da Justiça, da Defesa e das Relações Exteriores.

O projeto (PRS 10/13), que altera o Regimento Interno do Senado, segue agora para promulgação. A proposta é de autoria do segundo vice-presidente do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que sugeriu que essas prestações de contas sejam feitas em reuniões conjuntas de três comissões: a específica relacionada à área da agência, a de Assuntos Econômicos (CAE) e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os senadores queriam que o tema fosse regulado de forma definitiva por meio de emenda constitucional, mas a PEC 89/11, de Walter Pinheiro (PT-

BA), que trata do assunto, ainda pode ter uma longa tramitação pela frente. O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que acordo entre as lideranças partidárias permitiu a aprovação do projeto de resolução para que o instrumento de fiscalização entre em vigor mais rapidamente.

— Evidente que a opção da Mesa foi para que essa modificação acontecesse num curto espaço de tempo, porque a PEC vai depender de apreciação em dois turnos na Câmara, e isso poderia demorar. E, na linha do fortalecimento das prerrogativas do Congresso, seria fundamental que mudássemos o Regimento, porque a própria Constituição faz remissão aos Regimentos Internos do Senado e da Câmara — explicou Renan.

As emendas acolhidas pelo relator, Jayme Campos (DEM-MT), obrigam também ao comparecimento anual os titulares dos ministérios da Defesa, das Relações Exteriores e da Justiça.

Atualmente, todo diretor indicado para agências reguladoras tem de passar pelo crivo do Senado, o que inclui sabatina antes de assumir o cargo. O texto aprovado estabelece que os dirigentes máximos das agências reguladoras “comparecerão ao Senado, em periodicidade anual, para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências”.

A PEC 89/11 é mais ampla que o PRS 10/13: obriga todos os ocupantes de cargos públicos que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado a comparecerem à Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades, embora Pinheiro ressalve que isso não será possível no caso dos ministros do STF e outros magistrados, em razão do princípio da independência entre os Poderes.

Secretaria da Micro e Pequena Empresa vai promover inovação

O Plenário aprovou ontem a criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, com status de ministério e vinculada à Presidência da República e com 66 novos cargos comissionados. De acordo com o PLC 112/12, que já havia sido aprovado pela Câmara, a nova secretaria absorverá parte das competências do Ministério do Desenvolvimento, cuidando de incentivo, qualificação e promoção da competitividade e da inovação.

Walter Pinheiro (PT-BA), relator do projeto, rejeitou duas emendas: uma de José Agripino (DEM-RN), que transferia ao Sebrae a responsabilidade por programas voltados às micros e pequenas empresas, e outra de Aloysio Nunes Ferreira

(PSDB-SP), que evitava a criação de cargos comissionados, sugerindo transferência de servidores do Ministério do Desenvolvimento que trabalham com microempresas.

— Eu quero que o governo incremente sua atenção às pequenas empresas, mas sou contrário à criação do ministério por ser um desperdício de dinheiro — disse Aloysio.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Aécio Neves (PSDB-MG) acusaram o governo de estar inchando a máquina pública com a finalidade de trazer mais partidos para a base governista por meio do oferecimento de cargos públicos.

O DEM votou a favor do projeto. Jayme Campos (DEM-MT), porém, disse crer que a nova secretaria possa ser um viveiro de novos empregos.

Dilma descumpre promessa de isentar saneamento, diz Aécio

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a presidente da República, Dilma Rousseff, descumpriu a promessa de zerar os impostos cobrados das empresas de saneamento.

— Isso permitiria aos estados fazer mais investimentos do que pagar impostos, como ocorre hoje. Isso não aconteceu — disse.

Para o senador, o governo prefere centralizar recursos, para exercer controle político sobre os estados.

Ele se disse satisfeito pelo governo anunciar investimentos em energia eólica em Minas Gerais, mas lembrou ser necessário também construir as linhas de transmissão para essa energia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jayme Campos pede federalização de estrada em Mato Grosso

Jayme Campos (DEM-MT) propôs a federalização da Rodovia dos Imigrantes, que liga Cuiabá a Várzea Grande. De acordo com ele, o trecho, de 27 quilômetros, encontra-se tão deteriorado que os caminhões demoram até quatro horas para atravessá-lo.

— Se o governo estadual é ineficiente para administrar essa estrutura, cabe ao governo central assumi-la como fator de integração nacional.

Jayme afirmou ainda que a rodovia é estratégica para o escoamento da soja e que as estradas do Centro-Oeste carecem de atenção. Ele lembrou que isso aumenta o custo dos produtos, que, então, perdem competitividade no mercado internacional.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pimentel (sentado), Jayme (E), Braga, Alvaro e Pinheiro na sessão que ampliou as atribuições de fiscalização do Senado

Braga defende reunião de Dilma com governadores

Eduardo Braga (PMDB-AM) rebateu em Plenário, ontem, críticas feitas por políticos da oposição ao encontro da presidente Dilma Rousseff, na quarta-feira, com governadores e prefeitos para anunciar investimentos do governo federal no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O líder do governo no Senado considerou incorreta a avaliação de opositoristas

de que a reunião teria caráter eleitoral e servido apenas para o relançamento de obras anteriormente anunciadas.

Segundo o senador, o encontro se destinou ao “detalhamento da aplicação de parte dos valores anunciados para as obras do PAC”.

— O que ocorreu foi a divulgação das listas de obras que foram selecionadas para receber recursos. Ou seja, o

diálogo federativo necessário para a implementação de políticas públicas entre União, estados e municípios — disse.

Braga também parabenizou o presidente do Senado, Renan Calheiros, pela condução dos trabalhos na noite de quarta-feira, durante a sessão do Congresso Nacional em que foram apreciados os vetos presidenciais à lei de redistribuição dos royalties do petróleo.

Paim alerta para impacto das renúncias fiscais na Previdência

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com a possibilidade de renúncias fiscais comprometerem as contas da Previdência Social. Ele citou a Medida Provisória (MP) 582/12, que desonera a folha de pagamento em 70 setores, com impacto fiscal de mais de R\$ 16 bilhões entre 2013 e 2017.

— Ao mesmo tempo que entendo que essas medidas são fundamentais, quero deixar meu alerta quanto aos recursos da Previdência.

O senador aproveitou para defender o fim do fator

previdenciário e o fortalecimento da Previdência Social. Ele disse que, se a seguridade social for mal, outros setores, como a saúde, também podem sofrer as consequências.

O senador também registrou o encontro de representantes sindicais e da 7ª Marcha dos Trabalhadores com a presidente Dilma

Rousseff, na quarta-feira. Segundo Paim, o encontro permitiu a apresentação de reivindicações como proibição da demissão imotivada, valorização das aposentadorias e redução da jornada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado recebe MP com incentivos à alfabetização

Chegou ontem ao Senado a Medida Provisória (MP) 586/12, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/13, a medida teve o prazo de

vigência prorrogado e vale até 18 de abril.

De acordo com o senador Jorge Viana (PT-AC), que presidia a sessão, a MP entrará na ordem do dia da próxima terça-feira. O texto destina

apoio financeiro da União aos estados, municípios e DF. O pacto visa promover a alfabetização dos estudantes até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental da educação básica pública.

Senadores defendem direitos das mulheres

Senadores subiram ontem à tribuna do Plenário para lembrar o Dia Internacional da Mulher, que se comemora hoje em várias partes do mundo. Para

eles, as mulheres ainda têm um longo caminho à frente na luta pela igualdade em relação aos homens. Jorge Viana disse que ainda é baixíssima a presença feminina

no poder público. Valdir Raupp, Rodrigo Rollemberg e Anibal Diniz afirmaram que a Lei Maria da Penha, que protege a mulher das agressões domésticas, ainda

não é executada a contento. Ana Rita citou as dificuldades vividas pelas empregadas domésticas, que têm poucos direitos trabalhistas garantidos.



Lia de Paula/Agência Senado

Para Ana Rita, muitas domésticas trabalham sem direitos trabalhistas



Waldemir Barreto/Agência Senado

Raupp diz que direitos das mulheres ainda não estão consolidados



Pedro França/Agência Senado

Segundo o senador, apenas 7% das cidades oferecem esse serviço



Moreira Matiz/Agência Senado

Jorge Viana: Iraque tem mais mulheres no Parlamento que o Brasil



Moreira Matiz/Agência Senado

Representante do Acre critica benevolência de magistrados

Ana Rita defende PEC das Domésticas

Ana Rita (PT-ES) disse que o Dia Internacional da Mulher é uma oportunidade para refletir sobre o papel ocupado pelas mulheres na sociedade e lembrar que a igualdade em relação aos homens é “um processo de permanente construção”.

A senadora defendeu a aprovação da PEC das Domésticas (PEC 66/12), que está programada para ser votada até o fim deste mês no Senado.

Ana Rita observou que é preciso garantir às domésticas os mesmos direitos dos demais trabalhadores brasileiros. A categoria reúne 7 milhões de pessoas. Desse total, 90% são mulheres e apenas 2 milhões trabalham com carteira assinada, segundo a senadora.

Aprovar a PEC das Domésticas, afirmou Ana Rita, é dar um “passo larguíssimo” para que mulheres sejam retiradas de um sistema de trabalho muitas vezes próximo da escravidão.

No pronunciamento, Ana Rita também destacou a luta das mulheres pelo direito ao voto na primeira metade do século passado e lembrou a atuação de Bertha Lutz (1894-1976), presidente da Liga Panamericana das Mulheres e fundadora da Sociedade Brasileira para o Progresso Feminino.

Raupp: direito feminino exige monitoramento

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), os direitos femininos ainda não estão completamente consolidados e exigem monitoramento constante. Ele disse que até a Lei Maria da Penha, considerada um marco nos direitos da mulher, já sofreu ataques.

O senador afirmou que a renda da mulher dobrou na última década, mas que a representação política feminina ainda é tímida, mesmo sendo o Brasil governado por uma mulher. Ele parabenizou a presidente Dilma Rousseff pelo fato de haver dez mulheres ocupando ministérios.

Raupp lembrou que a sessão de ontem era presidida por uma mulher, Ana Amélia (PP-RS), e que anteontem o Congresso Nacional realizou uma sessão de homenagem ao Dia Internacional da Mulher, quando foi entregue o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

— Na pessoa da minha esposa, a deputada federal Maria Raupp, homenageio todas as mulheres de Rondônia e do Brasil — disse.

Em aparte, Sérgio Souza (PMDB-PR) lamentou que ainda existam atos de violência contra a mulher. Pedro Taques (PDT-MT) disse ser uma lástima o número reduzido de mulheres no Senado.

Rollemberg pede delegacias especializadas

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) manifestou preocupação com os direitos das mulheres e lembrou que a cada cinco minutos uma mulher é agredida no Brasil. Na maioria dos casos, enfatizou, o agressor é o parceiro.

O senador sublinhou que apenas 7% das cidades possuem delegacias especializadas para atendimento às mulheres vítimas de violência, sendo que um terço estão no estado de São Paulo.

Segundo ele, o Distrito Federal é o que apresenta o maior número de denúncias registradas, cerca de 625 ocorrências para cada 100 mil mulheres, seguido do Pará, com 515.

— O maior desafio começa pela urgência da ampliação da rede de atendimento. No DF temos apenas uma delegacia especializada, que também atende cidades do entorno.

O senador também prestou solidariedade aos venezuelanos pela morte do presidente Hugo Chávez. Ele lembrou que Chávez reduziu a taxa de mortalidade infantil e analfabetismo, promoveu a integração latino-americana e melhoria da infraestrutura.

— Daqui alguns anos o que ficará marcado são os inúmeros avanços sociais daquele país sob a liderança de Chávez.

Viana quer maior presença na política

Jorge Viana (PT-AC) subiu ontem à tribuna do Senado levando a reportagem publicada pelo **Jornal do Senado**, na terça-feira, sobre a pequena presença das mulheres no Congresso Nacional.

De acordo com a reportagem, apesar de 51% da população brasileira ser feminina, apenas 8% dos integrantes do Parlamento são mulheres.

Para o senador, essa distorção “atrasa a sociedade” e “desqualifica” o Congresso brasileiro.

— É uma situação vergonhosa — afirmou.

Apesar de a legislação eleitoral reservar 30% das candidaturas nas eleições proporcionais (vereador, deputado estadual e deputado federal) às mulheres, disse o senador, pouco se avançou nesse sentido.

— Os partidos brasileiros não levam a sério o uso das cotas na hora de definir a composição de candidaturas. Muitas mulheres são candidatas só para constar, para cumprir o que a lei exige, colocando-nos numa situação que exige explicação.

Em seu pronunciamento, Viana citou dados internacionais destacados pelo **Jornal do Senado** apontando que países como Iraque, Afeganistão e Moçambique têm mais mulheres no Parlamento do que o Brasil.

Anibal propõe mais rigor na aplicação da lei

Anibal Diniz (PT-AC) chamou a atenção para a necessidade de maior rigor na aplicação da Lei Maria da Penha no julgamento de casos de violência contra as mulheres.

Para o senador, os magistrados têm sido muitas vezes benevolentes em suas sentenças contra agressores, deixando de aplicar de maneira correta a lei. Tal atitude, disse, causa insegurança entre as mulheres.

— Precisamos que a sociedade e as autoridades garantam a aplicação das penas prevista na Lei Maria da Penha. Esta é uma lei avançada, que dá uma resposta enérgica às agressões. Mas, infelizmente, temos casos de julgadores que não colocam todos os “pingos nos is” — disse.

Anibal Diniz destacou várias ações do governo federal em favor das mulheres e comemorou o anúncio feito por Lídice da Mata (PSB-BA) sobre a provável votação, ainda em março, da proposta de emenda à Constituição que amplia os direitos de domésticas, babás, cozinheiras e outros trabalhadores em residências.

O senador também parabenizou a presidente Dilma Rousseff pelo anúncio do incremento de recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Senador adverte produtores que novo prazo vai até o fim de maio

Eunício elogia prorrogação de crédito rural

Eunício Oliveira (PMDB-CE) elogiou ontem o governo federal pela prorrogação da linha de crédito subsidiado do Banco do Nordeste destinada à renegociação de dívidas de pequenos agricultores da região.

— O Brasil deu mais uma demonstração da importância econômica, social e política do setor agrícola, ao ampliar o prazo da renegociação das dívidas dos produtores rurais, vítimas da mais devastadora das secas em muitas dezenas de anos da minha região — disse, em pronunciamento no Plenário.

O parlamentar afirmou que milhares de produtores rurais do Ceará e demais estados nordestinos estão sendo atingidos pela estiagem, que dura mais de um ano.

Eunício Oliveira pediu ainda que os pequenos produtores nordestinos procurem as agências do Banco do Nordeste o mais rapidamente possível, pois o prazo para renegociar encerra-se no final de maio.

As resoluções definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) também permitem que agricultores e produtores rurais, inclusive os que fazem parte do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), contratem novas linhas de crédito e financiamento.

Senadores afirmam que demarcação em terras ocupadas por fazendas produtivas tem gerado conflitos porque os produtores têm título de propriedade, em alguns casos, há três gerações

Ministro será convidado a debater reservas indígenas

O MINISTRO DA Justiça, José Eduardo Cardozo, será convidado a discutir na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o processo de demarcação de reservas indígenas e os impactos sobre o agronegócio. A presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Maria do Amaral Azevedo, também deve participar da audiência, de acordo com requerimento aprovado ontem na CRA.

A preocupação com conflitos decorrentes da demarcação em terras ocupadas por fazendas produtivas foi manifestada por Waldemir Moka (PMDB-MS), Jayme Campos (DEM-MT), Ana Amélia (PP-RS), Acir Gurgacz (PDT-RO), Sérgio Souza (PMDB-PR),

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Luiz Henrique (PMDB-SC) e Ruben Figueiró (PSDB-MS).

— São produtores que estão há 60, 70, 80 anos na terra, já com a terceira geração na mesma propriedade, e agora dizem que é terra indígena. Mas o produtor tem título de propriedade. Essa família não sai dali, porque tem o documento — disse Moka.

Pagamento

Para ele, a solução seria, após confirmação de que se trata de terra indígena, substituir expropriação por desapropriação, pagando ao produtor o valor da terra e das benfeitorias. Os senadores dizem que o governo precisa se posicionar de forma mais objetiva.

— Há notícias absolutamente inverídicas sobre questões indígenas. O debate é uma excelente oportunidade para que a opinião pública tenha conhecimento da realidade da situação — observou Figueiró.

Também foi aprovado requerimento para discutir a representatividade das federações estaduais e da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores e o restabelecimento do cadastro das colônias no Ministério do Trabalho. Serão convidados os ministros do Trabalho, Brizola Neto; da Pesca, Marcelo Crivella; e da Previdência Social, Garibaldi Alves, entre outros.

A audiência pública poderá acontecer dia 14, mas a data ainda será confirmada.



Egon Heck/Cimi

Índia guarani-caiua protesta contra ordem judicial em Mato Grosso do Sul, um dos motivos do debate

Ração pode ganhar isenção de impostos

Rações balanceadas, suplementos minerais e concentrados utilizados na pecuária poderão ficar mais baratos, se for transformado em lei projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O texto reduz a zero alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins incidentes na importação e venda desses produtos no mercado interno.

O projeto (PLS 319/12), do ex-senador Assis Gurgacz,

segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Vai depois para análise da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para exame no Plenário do Senado.

Com voto favorável do relator, Benedito de Lira (PP-AL), o projeto recebeu emenda de Ana Amélia (PP-RS) para incluir rações concentradas entre os produtos isentos e excluir dispositivo que limitava a medida até 2018.

Na avaliação de Ana Amélia, a isenção ajudará a atenuar os problemas enfrentados pelos produtores de leite, já muito prejudicados pelos gargalos na logística. Acir Gurgacz (PDT-RO) e Blairo Maggi (PR-MT) lembraram a influência da produção leiteira na economia dos estados, enquanto Benedito de Lira e Ruben Figueiró (PSDB-MS) destacaram a discrepância entre os custos da produção de leite e o preço do produto no varejo.

Ana Rita quer discussões mais aprofundadas

Entre as diretrizes que devem nortear, nos próximos dois anos, os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida por Ana Rita (PT-ES), está a racionalização na agenda de audiências públicas para que seja possível aprofundar os temas.

Algumas audiências poderão ser realizadas com outras comissões do Senado ou com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Em reunião ontem para discutir o plano de trabalho para o biênio 2013-2014, Ana Rita pediu sugestões aos senadores. Na avaliação da parlamentar, as atividades do colegiado devem estar em sintonia com as demandas de entidades e movimentos sociais, no que se refere a direitos humanos, bem como a legislação participativa.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/06, que criminaliza a homofobia; a proposta de emenda à Constituição (PEC) 58/11, que estende aos empregados domésticos os mesmos direitos trabalhistas garantidos aos demais trabalhadores; e o texto que confisca terras onde exista trabalho escravo (PEC 57A/99) estão entre as prioridades.

A CDH ainda buscará dialogar com o Executivo sobre as políticas afirmativas na área dos direitos humanos de mulheres, negros, indígenas, idosos, crianças e adolescentes, entre outros. A intenção da presidente da comissão é também realizar reuniões administrativas com a equipe da CDH, todas as sextas-feiras, para organização do trabalho de cada semana.

Comissão faz hoje primeira audiência sobre logística na agropecuária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará dois debates sobre problemas de logística na agropecuária, sendo o primeiro hoje, durante a Expodireto Cotrijal 2013, feira internacional que acontece no Rio Grande do Sul. O segundo debate não tem data confirmada, mas reunirá no Senado os ex-ministros Delfim Netto e Roberto Rodrigues. Os requerimentos foram aprovados ontem pela CRA.

O debate de hoje foi proposto por Ana Amélia (PP-RS), com convites a Ricardo Thomé

(Ministério da Agricultura), José Macambira (Empresa de Planejamento e Logística),

Rodrigo Vilaça (Associação Brasileira de Logística), Elisângela Lopes (Confederação

da Agricultura e Pecuária do Brasil), entre outros.

A audiência pública com ex-ministros foi proposta pelo presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), e deverá dar ênfase aos problemas de logística que afetam as exportações agrícolas.

Os senadores também aprovaram um debate no dia 22 para discutir o conceito de ruralidade e as implicações nas políticas públicas.



A produção agrícola precisa resolver problemas de logística

Marcos Veiga/Secom-MT



Projeto do senador Pedro Simon sobre uso de aeronaves como o jato da Presidência segue para votação final na CCJ

Avança projeto com novas regras para aviões oficiais

Texto aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional relaciona autoridades que poderão usar as aeronaves da administração federal e define critérios para acompanhantes

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem normas rígidas para o transporte de autoridades e acompanhantes em aviões da administração pública federal. A proposta (PLS 138/10), de Pedro Simon (PMDB-RS), restringe a utilização ao desempenho de atividades próprias do serviço público e a missões oficiais.

Agora, o projeto receberá votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator, Anibal Diniz (PT-AC), acolheu duas emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O texto considera infração

administrativa grave o transporte de autoridades, usuários e cargas em desrespeito à lei. O agente público infrator sujeita-se às sanções administrativas, civis e penais, sem prejuízo do imediato ressarcimento das despesas irregulares ao erário.

Autoridades

O projeto cita as autoridades que poderão usar as aeronaves oficiais: presidente e vice-presidente da República; presidentes do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal; ministros; e comandantes das Forças Armadas. A utilização da aeronave oficial será precedida de registro que discrimine a finalidade da

utilização, os usuários, a carga (se existente), o percurso, o autorizador da missão, a tripulação e a permanência em cada localidade.

A proposta prevê que sejam estabelecidos critérios para extensão do transporte aéreo ao acompanhante da autoridade, desde que seja cônjuge, dependente ou indicado em serviço e atividades públicas.

Na justificativa, Simon lamenta o fato de a opinião pública ser surpreendida com denúncias de excessos pelas autoridades que se aproveitam para transportar pessoas fora de sua relação de dependência, ou que não viajam a serviço.

Comissão analisa indicações para cinco embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores leu ontem pareceres favoráveis a indicações para cinco embaixadas. As votações deverão ocorrer dia 14, depois das sabatinas dos indicados.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) deu parecer favorável a José Amir da Costa Dornelles para o Timor-Leste. Edson Marinho Duarte Monteiro poderá ser embaixador na Armênia, conforme parecer de Eduardo Suplicy (PT-SP). Everton Vieira Vargas teve parecer favorável de Ana Amélia (PP-RS) para a Argentina, e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) foi favorável a Valter Pecly Moreira na Hungria. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) deu parecer favorável a Valdemar Carneiro Leão Neto para China e Mongólia.

Uso de moeda local no Mercosul pode ser ampliado

O sistema de pagamentos em moeda local, que reduz custos e facilita o comércio de pequenos e médios exportadores e importadores da Argentina e do Brasil, pode incluir o Uruguai. Projeto de lei do Executivo (PLC 117/12) que autoriza o Banco Central brasileiro a abrir limite de crédito de US\$ 40 milhões ao Banco Central do Uruguai foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores, com relatório favorável de Francisco Dornelles (PP-RJ), e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos. O limite de crédito para o Banco Central da Argentina é de US\$ 120 milhões. Cerca de 800 exportações são realizadas mensalmente nessa modalidade, movimentando R\$ 200 milhões.

Souza pede atenção para acordos comerciais

Sérgio Souza disse ontem que o Brasil precisa ficar atento aos acordos internacionais firmados. Ele lembrou que, enquanto o Brasil não negocia individualmente com outros países por causa do Mercosul, acordos são feitos em todo o mundo e avançam negociações para livre comércio entre os Estados Unidos e a União Europeia.

— O Brasil deve estar muito atento para não nos tornarmos

isolados do resto do mundo, sempre à espera da conclusão da Rodada Doha.

Para o senador, divergências de ideologia política não deveriam ser decisivas para aproximação ou distanciamento entre países. A melhora das negociações no Mercosul, segundo Souza, deve ser discutida com o ministro das



Waldemir Barreto/Agência Senado

Relações Exteriores, Antonio Patriota, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), onde requerimento de convite já foi aprovado.

O senador lamentou a morte do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e destacou o crescimento do comércio com o país vizinho: quase 1.000% nos últimos oito anos.

Aprovado acordo Brasil-EUA para combate a lavagem de dinheiro

O Plenário do Senado acatou ontem o projeto de decreto legislativo que aprova o acordo assinado entre o Brasil e os Estados Unidos para o intercâmbio de informações relativas a tributos (PDS 30/10). O projeto, que havia sido aprovado no mesmo dia pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), irá agora a promulgação.

Assinado em 2007, o acordo contribui para a transparência e é fundamental para a aproximação do Parlamento com a sociedade brasileira, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O acordo, disse Renan, será um importante elemento na cooperação entre o Brasil e os EUA na área tributária e na investigação de processos relacionados à questão tributária de natureza criminal.

O projeto foi relatado na CRE por Jorge Viana (PT-AC).

No parecer, Viana explicou que o acordo foi o primeiro dessa natureza celebrado pelo Brasil e segue modelo produzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para o senador, há “orientação convergente” entre os países para a troca de informações fiscais como forma de combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro e à evasão fiscais. A proposição, na avaliação dele, “resguarda os direitos e garantias dos contribuintes”.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que já estava mais que na hora de ser aprovado um acordo como esse.

José Pimentel (PT-CE) afirmou que o acordo atualiza a legislação sobre lavagem de dinheiro, o que permitirá ao Judiciário brasileiro atuar em crimes antecedentes e desarticular organizações criminosas de variados tipos.

Márcio Kolumbe/Agência Senado
Celso Amorim deve falar sobre questões do Ministério da DefesaMárcio Kolumbe/Agência Senado
Patriota teria interesse em comentar passagem de Yoani Sánchez pelo país

Ministros Patriota e Amorim falarão à Comissão de Relações Exteriores

Os ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e da Defesa, Celso Amorim, deverão comparecer a audiências públicas, em ocasiões separadas, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O convite foi aprovado ontem, após um debate sobre os problemas que envolveram a visita da jornalista cubana Yoani Sánchez ao Brasil.

Por sugestão de Fernando Collor (PTB-AL), foram rejeitados três requerimentos de Alvaro Dias (PSDB-PR) que previam a convocação de Patriota e do secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para explicar a suposta presença de agentes cubanos no Brasil a fim de acompanhar a visita de Yoani e a participação do embaixador da Venezuela em evento favorável a integrantes do PT condenados pelo Supremo Tribunal Federal.

Collor sugeriu a rejeição de

um quarto requerimento, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que convidava o embaixador cubano no Brasil, Carlos Zamora Rodríguez, a explicar o episódio da blogueira.

A comissão rejeitou todos os quatro requerimentos e aprovou a sugestão do presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), de convite a Patriota e Amorim, “para prestarem informações sobre suas respectivas pastas”.

Collor disse que o foco da CRE são “questões de Estado”, e não “questiúnculas político-partidárias”. Para ele, o convite ao embaixador cubano viola a Convenção de Viena, que regula as relações diplomáticas.

Em resposta, Alvaro disse que Patriota não considerou o assunto pequeno. Prova disso, argumentou, é que o ministro teria manifestado a Jorge Viana (PT-AC) interesse em dar os esclarecimentos necessários ao Senado.